



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1334

## **UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA E O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA**

Camilla Samira de Simoni Bolonhhezi  
Universidade Estadual de Maringá  
Ângelo Aparecido Priori (Orientador)  
Universidade Estadual de Maringá-UEM

**Resumo.** O presente trabalho tem como objetivo apresentar a minha proposta de dissertação de mestrado em desenvolvimento na Universidade Estadual de Maringá. Nesta pesquisa estou analisando a questão da Educação no Campo, apontando de que como esta política pública foi pensada e estruturada no Brasil. Para isto, utilizo-me da experiência da Escola Milton Santos, localizada no município de Paçandu, que tem se destacado neste tipo de metodologia educacional. Com o projeto pretendemos analisar a educação no campo a partir das últimas décadas, e pensar as suas relações com os movimentos e organizações sociais. Objetiva ainda destacar que os trabalhadores rurais e seus movimentos organizados cumprem um papel fundamental dentro desse processo histórico de criação de uma política pública pensada especialmente para atender essa população: as escolas do campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Movimentos sociais; Políticas públicas.

### **Introdução**

Quando pensamos na questão agrária no Brasil percebemos que a mesma é integralmente histórica e está relacionada ao processo político, econômico e social pelo qual o país passou desde a chegada do homem ao continente americano até os dias atuais.

O processo colonialista sofrido pelos brasileiros ao longo de sua história, em diversos períodos criou vínculos de dependências com outros países que impunham seus propósitos lucrativos em territórios nacionais, contribuindo para uma marginalização da população do campo, bem como uma desapropriação progressiva de seus meios e recursos de sobrevivência, vida e desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo Martins, “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a

escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial” (MARTINS, 2000, p.101).

Quando se fala em trabalhadores rurais, faz-se necessário, em um primeiro momento, uma análise da questão agrária no Brasil, especialmente no Paraná, com enfoque para a mesma na atualidade, para que possamos compreender o contexto de surgimento de políticas públicas educacionais para o campo.

Assim, o projeto pretende fazer uma análise sobre essas políticas destacando os trabalhadores rurais e seus movimentos organizados como cumpridores de um papel fundamental dentro desse processo histórico de criação de uma política pública pensada especialmente para atender essa população: as escolas do campo.

Em meio a esse contexto de resgate histórico, buscar-se-á construir uma discussão acerca da educação do campo e as contribuições historiográficas acerca do tema buscando relacionar estudos de diversas áreas, como a História, Sociologia e Educação.

Nessa linha de pensamento buscaremos analisar as políticas públicas para a Educação do Campo no Estado do Paraná estabelecendo um debate político visando resgatar momentos em que grupos e movimentos se articularam com um objetivo comum de construção de um projeto articulado de educação visando a população camponesa e culminando com a atual política do governo de educação do campo.

Em última instância desenvolveremos uma discussão específica lançando um olhar especial para o caso da Escola do Campo Milton Santos, situada no município de Paiçandu no Norte do Paraná, analisando o caso da formação dessa política pública.

Diante disso, o propósito central do seguinte projeto é realizar um trabalho comprometido de análise da questão da Educação no Campo, destacando como essa política pública foi pensada e estruturada no Brasil, especialmente no Paraná. Para isto, a experiência da Escola Milton Santos, localizada no município de Paiçandu, estará em foco na medida que tem se destacado neste tipo de metodologia educacional.

## **Objetivos**

Os objetivos da pesquisa centram-se em uma análise sobre a Educação no Campo, apontando de que forma esta política pública foi pensada e estruturada no Brasil e, no Paraná, especialmente. Para isto, utilizo-me da experiência da Escola Milton Santos, localizada no município de Paiçandu, que tem se destacado neste tipo de metodologia educacional.

Nesse contexto com o projeto pretendemos analisar a educação no campo a partir das últimas décadas, e pensar as suas relações com os movimentos e organizações sociais. Objetivo ainda destacar que os trabalhadores rurais e seus movimentos organizados cumprem um papel fundamental dentro desse processo histórico de criação de uma política pública pensada especialmente para atender essa população: as escolas do campo

Dessa forma, utilizarei da experiência da Escola do campo Milton Santos na cidade de Paiçandu.

### **Desenvolvimento**

Quando lançamos um olhar focado para a história e organização da classe camponesa no Brasil, observamos que essa população esteve constantemente à margem das políticas públicas vigentes no país.

Seja no cenário político, social, econômico, legislativo ou educacional a população do campo aparenta ter vivenciado uma espécie de “esquecimento” por parte das autoridades do país.

A história dos trabalhadores rurais foi marcada pela exclusão política e na esfera educacional não foi diferente. A própria instituição do Ministério da Educação, o MEC, na construção das Diretrizes curriculares para a educação do campo coloca em pauta uma “dívida histórica do Estado com os sujeitos do campo”.

Dessa forma, a pesquisa em pauta visa construir um resgate acerca da introdução e do desenvolvimento da política da educação do campo a partir do ano de 2004 estabelecida no Estado do Paraná, no governo do então governador Roberto Requião. Através de um debate político intenso entre os movimentos sociais, sociedade e governo, os projetos que se articulavam para a construção de Escolas do Campo no Paraná saíram do papel e adentraram na pauta das políticas vigentes no Estado.

Atualmente, a SEED informa que existem cerca de 600 Escolas do Campo no Estado do Paraná. Dentre essas, a presente pesquisa terá como foco a Escola Milton Santos de Paiçandu resgatando brevemente a história dessa Escola, seu funcionamento, metodologias e importância para a população campestre que a mesma atende.

Essa política visa uma educação pensada especialmente para atender e fazer com que os direitos dessa população sejam respeitados e mantidos.

Na história paranaense e na brasileira a educação do campo é um tema e uma política recente. Os estudantes do campo sempre estiveram à margem do processo educacional necessitando deslocar-se do campo às cidades se quisessem dar continuidade aos estudos.

Constantemente esse processo se dava sem apoio das autoridades e a cargo das famílias, o que gerou um alto grau de dificuldade para a permanência desses alunos na escola.

A escola do campo surge como uma política pública, o que sugere projetos que estão em construção e que necessitam de revisão e estudos efetivos para que essa política não se torne apenas uma política de governo que ao haver novas eleições podem sofrer um desgaste em sua manutenção.

Quando pensamos no tema “Políticas públicas” devemos, segundo Mário Luiz Neves de Azevedo, compreender que projetos em construção dependem da visão de seus promotores e que tratar a respeito desses assuntos é abrir-se para a possibilidade da crítica.

As Políticas Públicas Educacionais em nosso país vem sendo alvo de discussões a partir da década de 1990 com a articulação de diversos movimentos buscando a universalidade de direitos contida na Constituição de 1988.

No ano de 2004 surgem as propostas para a Educação do Campo nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Em 2010, através da Resolução 4783 a Educação do Campo é instituída como uma Política Pública Educacional com vistas a garantia dos direitos de atendimento escolar dos sujeitos do campo em todas as Modalidades de Ensino.

É nessa perspectiva, que a análise da Escola Milton Santos nos trará subsídios para a compreensão do processo de formação, desenvolvimento e trabalho em uma Escola do Campo.

### **Considerações finais**

Nas duas últimas décadas temos presenciado uma profunda articulação dos movimentos sociais paranaenses na busca e luta por uma política educacional pensada especialmente para as populações camponesas.

Essa luta culminou com o desenvolvimento e aprimoramento das Escolas do Campo no Paraná como uma política pública a partir de 2004, o que lançou novos olhares para as populações camponesas.

Assim, essa pesquisa visa fundamentar a importância dos movimentos sociais e grupos articulados em prol de um ideal de construção de um modelo de Educação Pública voltada para a educação do Campo, com foco na Escola Milton Santos.

### **Referências**

AZEVEDO, Mario Luiz Neves. **Políticas Públicas e educação: debates contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2008

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. Caderno 3. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

D. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2002.

MARTINS, Jose Sousa. **Reforma Agrária: O impossível dialoga sobre a História possível**. São Paulo: USP/FFLHC, 2000.